

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COTIA.

Ata nº **02/2026** - Ordinária

Referência: **Janeiro/2026**.

Data: 23/01/2026 – Horário: 10 horas – Local: Sala de Reuniões do Instituto no endereço do rodapé

Presentes: André L. Escolástico, Vanessa C. Rezende e Vilma M. de M. Palermo.

Pauta: 1 – Leitura e Aprovação da última Ata; 2 – Apresentação do Relatório de dezembro e Desempenho Consolidado de 2025; 3 – Revisão da Política de Investimentos (PI) 2026 em face da Resolução CMN nº 5.272/2025; 4 – Análise sobre o desempenho da empresa de consultoria.

Termos da Reunião:

1. Aprovação da Ata Anterior:

Procedeu-se à leitura da ata referente à reunião anterior do Comitê de Investimentos, que foi submetida à apreciação dos presentes. Após análise, foi ratificada sua aprovação por unanimidade, sem ressalvas, pelos membros do Comitê.

2. Desempenho da Carteira em 2025:

O relatório de fechamento do exercício, referente ao mês de dezembro, ao trimestre e ao período anual, foi elaborado pela consultoria de investimentos I9 Advisory.

Dezembro/2025: O mês foi marcado pela desaceleração da inflação, com o IPCA acumulado em 12 meses em 4,46%, dentro da meta pela primeira vez em anos. Esse ambiente de maior previsibilidade favoreceu os ativos de renda fixa, que sustentaram a carteira com rentabilidade mensal de 1,01% e resultado financeiro de R\$ 15,1 milhões. A política monetária ainda mantinha juros em dois dígitos, o que reforçou o papel da renda fixa como pilar de estabilidade.

Trimestre (outubro a dezembro/2025): O período refletiu a transição de um cenário de volatilidade internacional — com impactos do “tarifaço” nos EUA e ajustes fiscais internos — para maior confiança nos mercados. A diversificação da carteira mostrou-se acertada: renda variável e multimercados contribuíram positivamente, acompanhando a recuperação gradual da atividade econômica e o dinamismo do mercado de trabalho.

Ano de 2025: Apesar das tensões externas e da crise de confiança fiscal, o Brasil encerrou o ano com inflação controlada e desemprego em mínimas históricas. A carteira capturou esse ambiente de resiliência, alcançando rentabilidade anual de 15,64%, superando a meta atuarial em 6,13%, com resultado financeiro acumulado de R\$ 203,4 milhões. A Renda Variável entregou 29,06%, refletindo a valorização da bolsa, enquanto os Investimentos Estruturados somaram 25,96%, beneficiados pela queda dos juros nos EUA e pelo apetite global por risco.

Após análise, o Comitê de Investimentos deliberou pela aprovação do relatório de investimento, reconhecendo que, mesmo diante de um cenário econômico desafiador, o Instituto garantiu solidez, superação da meta atuarial e resultados consistentes no mês, no trimestre e no ano.

3. Revisão da Política de Investimentos e Impacto da Resolução CMN nº 5.272/2025:

Considerando a recente publicação da Resolução CMN nº 5.272/2025, o Comitê deliberou pela necessidade de revisão da Política de Investimentos anteriormente elaborada para o exercício de 2026. A nova redação reflete o cenário normativo atual, que impõe critérios rigorosos de governança. Devido à ausência da certificação Pró-Gestão, a PI 2026 estabelece que os novos aportes ficarão estritamente limitados aos ativos descritos no Art. 7º, inciso I, alíneas 'a' e 'b' da Resolução CMN 4.963/21 (Títulos Públicos Federais e Fundos 100% Títulos Públicos), vedando diversificações em ativos que exijam a referida qualificação institucional.

4. Análise sobre o Desempenho da Empresa de Consultoria:

O Comitê registrou que, desde a migração da empresa de consultoria para o novo grupo econômico, tem percebido uma redução sensível na qualidade dos serviços prestados. Diante da queda na eficiência do suporte técnico e da consultoria estratégica, os membros entendem pela necessidade de ouvir novas propostas de mercado para análise detalhada sobre a eventual substituição da empresa atual, visando garantir a excelência na assessoria dos investimentos do Instituto.

Recomendação de Ações Imediatas: O Comitê de Investimentos recomenda formalmente à Diretoria Executiva a adoção de medidas imediatas e prioritárias para a obtenção da certificação Pró-Gestão. Ressalta-se que a manutenção da gestão da carteira nos moldes anteriormente realizados é fundamental para o atingimento das metas atuariais e para a efetiva preservação e crescimento do patrimônio do Instituto e depende diretamente desta certificação. Sem o Pró-Gestão, o Instituto permanece impedido de acessar estratégias de investimento mais eficientes, o que pode comprometer o desempenho futuro frente às obrigações previdenciárias.

Encerramento: Não havendo outros assuntos, a Presidente encerrou a reunião. André Luis Escolástico secretariou os trabalhos e lavrou a presente ata que, lida e aprovada, segue assinada.

Cotia, 23 de janeiro de 2026.

André Luis Escolástico
Membro

Vanessa Cristina Rezende
Membro

Vilma Magalhães de Matos Palermo
Presidente